



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0141079-78.2020.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
ASSUNTO : Nega provimento à impugnação

DECISÃO nº 1800813 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Cuida-se de impugnação apresentada pela empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA contra o Edital n.º 42/2021, em que, em síntese, argumenta sobre a participação exclusiva de ME/EPP na licitação, pugna pela retificação do edital para ampla concorrência, conforme documento n.º 1791222.

O pregoeiro designado para condução da licitação decidiu pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior. Assim, em decisão em documento n.º 1795060, concluiu:

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO IMPROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem. No que tange ao pedido formulado pela empresa impugnante, in casu que seja eliminada do edital a condição de participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, pelos motivos acima esposados, entendemos serem impertentes o pedido e a fundamentação alegada, pelos motivos que se seguem: Com fulcro AINDA no quanto contido no Relatório SEAQUI, documento SEI nº1410528, no qual é claramente demonstrada a existência de microempresas do segmento com sede no Estado da Bahia, corroborado com o quanto constante no Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, constante no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, anexado pela SEAQUI, documento SEI nº1410521- resta sobejamente comprovada a existência de diversas empresas que atuam nesse segmento aqui no estado da Bahia, razão essa o suficiente para espantar a alegação da empresa impugnante

Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral-ASJUR, de forma clara se pronunciou em parecer de n.º 717, documento n.º 1800318, nos seguintes termos:

5. Em que pese alguma lógica nas argumentações da Impugnante, julgamos que as razões ali traçadas não se mostram suficientes para afastar a regra da LC nº. 123/2006. Com efeito, a lista de empresas ME/EPP atuando no segmento, localizadas pela SEAQUI, revela, ao menos em tese, uma real chance de estabelecer-se ampla competitividade no certame, fato que, como regra, implica na oferta de melhores preços para a Administração.

5.1. Ademais, quanto ao fato suscitado pela TK ELEVADORES BRASIL LTDA, de que os melhores preços são aqueles praticados pelas "grandes empresas", vale lembrar que as propostas terão que obedecer ao valor máximo estimado pela Administração, portanto, será desclassificada a proposta que, ao final, não esteja adequada à prévia precificação deste Órgão. Ou seja, o objeto somente poderá ser adjudicado se respeitado o valor máximo estabelecido para a licitação.

5.2. Em derradeiro, oportuno enfatizar que caso o certame não logre êxito, seja por não terem acudido interessados enquadrados como ME/EPP, seja pela oferta de preços excessivos, caberá a repetição do procedimento. Restando configurada

tal situação, existirá embasamento para a abertura da licitação à ampla concorrência.

6. Ante o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação, devendo ser mantida a exclusividade das empresas enquadradas como ME/EPP no Pregão nº 42/2021 e, conseqüentemente, mantidas no ato convocatório todas as condições neste sentido.

Deste modo, lastreado no parecer ASJUR n.º 717, documento n.º 1800318, que adoto como razão de decidir, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa 04/2021, **conheço da impugnação apresentada pela empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA e, no mérito, nego provimento à mesma**, mantendo-se no Edital do Pregão nº 42/2021 o processo licitatório destinado exclusivamente à participação de ME/EPP.

Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, prosseguindo-se ao andamento da licitação.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 13/12/2021, às 18:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1800813** e o código CRC **90A3EAA7**.